PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

XII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE

CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

1ª FASE

PROVA ESCRITA, OBJETIVA, DE MÚLTIPLA ESCOLHA

1ª ETAPA - 07/08/2004 (SÁBADO)

CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

1. EM RELAÇÃO AO AVISO PRÉVIO, ANALISE AS PROPOSIÇÕES DADAS:

I – É devido na rescisão decorrente do término do contrato de experiência que contenha cláusula assecuratória de rescisão recíproca.

II – O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, salvo se ele tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso.

III – Durante o prazo do aviso prévio cumprido pelo empregado, em razão de dispensa do empregador, haverá redução de duas horas diárias na jornada de trabalho, facultando-se ao empregador optar pela dispensa do empregado, em sete dias corridos, no final do respectivo período, sem prejuízo do salário integral.

IV – A gratificação semestral repercute no seu cálculo, conforme Súmula do TST.

a) todas as proposições estão corretas
b) nenhuma proposição está correta
c) apenas uma proposição está correta
d) apenas duas proposições estão corretas
e) apenas três proposições estão corretas

2. EM RELAÇÃO À DURAÇÃO NORMAL DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO, FAÇA A CORRELAÇÃO E APONTE A ALTERNATIVA QUE CONTÉM A SEQÜÊNCIA CORRETA:

1 – Jornalistas profissionais
2 – Empregados em minas no subsolo
3 – Advogado empregado (sem dedicação exclusiva)
4 – Radialistas (administração)
5 – Radialistas (autoria e locução)
6 – Operadores telegrafistas nas estações de tráfego intenso

I – 4 (quatro) horas
II – 5 (cinco) horas
III – 6 (seis) horas
IV – 7 (sete) horas
V – 8 (oito) horas

a) 1.II; 2.III; 3.I; 4.IV; 5.II; 5.II
b) 1.III; 2.I; 3.II; 4.V; 5.III; 6.IV
c) 1.I; 2.II; 3.III; 4.IV; 5.III; 6.IV
d) 1.II; 2.III; 3.I; 4.V; 5.II; 6.III
e) 1.II; 2.II; 3.I; 4.V; 5.II; 6.III

3. O TRABALHO RURAL TEM ALGUMAS CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS RESPEITADAS NA LEGISLAÇÃO ESPECIAL RESPECTIVA. EXAMINE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO PARA AO FINAL CONCLUIR:

I – O horário noturno na lavoura vai das 21 horas de um dia às 05 horas do dia seguinte, cujo adicional noturno será de, no mínimo, 25% sobre a remuneração normal.

II – No há determinação legal prevendo o intervalo de 35 horas entre o final da jornada que antecede o repouso semanal remunerado e a retomada do trabalho.

III – Toda propriedade rural onde trabalhem 50 (cinqüenta) empregados é obrigada a manter uma escola.

IV – Extinto o contrato de trabalho, fica o empregado que ocupar moradia dentro da propriedade, obrigado a desocupá-la no prazo de 30 dias.

Em conclusão:

a) apenas as proposições I, II e III estão corretas
b) apenas as proposições I e IV estão corretas
c) apenas as proposições II, III e IV estão corretas
d) apenas as proposições III e IV estão corretas
e) apenas as proposições I, II e IV estão corretas

4. LEIA AS PROPOSIÇÕES E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. NÃO TERÁ DIREITO ÀS FÉRIAS O EMPREGADO QUE, NO CURSO DO PERÍODO AQUISITIVO:

I – Tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou auxílio-doença por mais de seis meses, embora descontínuos.

II – Deixar de trabalhar, com percepção do salário, por trinta dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços na empresa.

III – Tiver faltado ao trabalho por 32 dias, sem justificativa.

IV – Tiver mais de sete faltas injustificadas, sendo contratado sob o regime de tempo parcial.

a) apenas as proposições I, II e III estão corretas
b) apenas as proposições II, III e IV estão erradas
c) apenas as proposições II e III estão corretas
d) apenas as proposições III e IV estão erradas
e) todas as proposições estão corretas

5. COM BASE NAS ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SDI DO TST, LEIA AS PROPOSIÇÕES DADAS, MARCANDO ABAIXO A ALTERNATIVA CORRETA:

I – O adicional de periculosidade não deve compor a base de cálculo do adicional noturno, eis que não se acumula adicional sobre adicional.

II – A redução da carga horária do professor, por qualquer razão, constitui alteração contratual, uma vez que implica da redução salarial.

III – É possível o despedimento imotivado de servidor público celetista, concursado, que trabalhe em empresa pública ou sociedade de economia mista.

IV – O tempo gasto pelo empregado com troca de uniforme, lanche e higiene pessoal, dentro das dependências da empresa, após o registro de entrada e antes do registro de saída, considera-se tempo à disposição do empregador, sendo remunerado como extra o período que ultrapassar, no total, a vinte minutos da jornada de trabalho diária.

V – É lícito o desconto salarial referente à devolução de cheques sem fundos, quando o frentista não observar as recomendações previstas em instrumento coletivo.

VI – Bancários. Ajuda-alimentação. A ajuda-alimentação prevista em norma coletiva em decorrência da prestação de horas extras tem natureza indenizatória e, por isso, não integra o salário do empregado bancário.

Assinale a correta combinação:

a) V – V – F – F – V – V
b) V – F – V – V – F – F
c) F – V – F – F – V – V
d) F – F – V – F – V – V
e) V – V – F – V – F – F

6. O SALÁRIO COMPLESSIVO:

a) É a remuneração total do empregado
b) É a soma do salário e das horas extras realizadas
c) É a forma de salário pago através de comissões
d) É a forma de salário *in natura*, habitualmente pago pelo empregador
e) Se afina com a noção do salário à *forfait*, porque, em ambos os casos, se trata de fixar "um salário *a priori*, para evitar o cálculo *a posteriori*"

7. ANALISE AS PROPOSIÇÕES, ANOTANDO ABAIXO A ALTERNATIVA CORRETA:

I - Os sindicatos poderão, mediante solicitação das respectivas diretorias ao órgão governamental competente, incumbir-se da entrega das Carteiras de Trabalho e Previdência Social pedidas por seus associados e pelos demais profissionais da mesma classe, podendo cobrar as despesas que fizer para a execução desse serviço, desde que no valor exato e mediante comprovação.

II – A Carteira de Trabalho e Previdência Social será emitida pelas Delegacias Regionais do Trabalho ou, mediante convênio, pelos órgãos federais, estaduais e municipais da administração direta ou indireta e, excepcionalmente, pelos sindicatos.

III – Na Carteira de Trabalho e Previdência Social, as anotações concernentes à remuneração devem especificar o salário, qualquer que seja a sua forma e pagamento, seja ele em dinheiro ou em utilidades, bem como a estimativa da gorjeta.

IV – É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, salvo se devidamente comprovada mediante Inquérito para Apuração de Falta Grave, perante a Justiça do Trabalho, com decisão transitada em julgado.

a) todas as afirmativas estiverem corretas
b) apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas
c) apenas as afirmativas II e III estiverem corretas
d) apenas a afirmativa III estiver correta
e) apenas a afirmativa II estiver correta

8. O LIMITE DO TRABALHO EM REGIME DE TEMPO PARCIAL É:

a) 20 horas semanais
b) 30 horas semanais
c) 24 horas semanais
d) 25 horas semanais
e) Metade da jornada ordinária de trabalho

9. OS DIREITOS TRABALHISTAS DA MÃE SOCIAL:

a) Registro na CTPS, FGTS, garantia de salário mínimo, férias anuais de 30 dias, 13º salário e repouso semanal remunerado
b) Registro na CTPS, garantia de salário mínimo, horas extras, FGTS + 40 de multa, férias anuais de 30 dias, 13º salário e repouso semanal remunerado
c) Não existe previsão legal contemplando o trabalho da mãe social
d) A mãe social não tem direitos trabalhistas, porque trabalha sem vínculo de emprego
e) Todos os direitos trabalhistas como qualquer outro empregado urbano

10. EM RELAÇÃO AO ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL:

I – O contrato de trabalho deve ser obrigatoriamente escrito.

II – Durante os dez dias seguintes ao recesso obrigatório das atividades de futebol, é proibida a participação do atleta em qualquer competição com ingressos pagos.

III – O maior de 16 anos é capaz para firmar normalmente o contrato de trabalho.

IV – O atleta pode recusar a participação em competição no estrangeiro.

V – O empregador não pode pagar gratificações ou prêmios, como incentivo em cada partida, superiores à remuneração mensal do atleta.

Consideradas as proposições, assinale a alternativa correta:

a) todas estão corretas
b) apenas as proposições I, II, IV e V estão corretas
c) apenas as proposições II, III e IV estão corretas
d) apenas as proposições I, II, e V estão corretas
e) apenas as proposições I, II e III estão corretas

11. ANALISE AS SEGUINTES PROPOSIÇÕES A RESPEITO DO FGTS E ASSINALE A CORRETA COMBINAÇÃO:

I – A cessação do contrato de trabalho em razão de aposentadoria espontânea do empregado exclui o direito ao recebimento de indenização relativa ao período anterior à opção. A realização de depósitos na conta do FGTS, de que trata a Lei nº 8.036/90, é faculdade atribuída ao empregador.

II – O FGTS atinente aos contratos de aprendizagem será à base de 2% sobre o valor da remuneração paga mensalmente.

III – No caso de extinção do contrato de trabalho do empregado não optante ao regime do FGTS, com estabilidade adquirida antes de outubro de 1988, havendo indenização a ser paga, poderá o empregador sacar os valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador.

IV – O empregado afastado do emprego nos casos de prestação de serviço militar obrigatório e licença por acidente de trabalho tem direito à manutenção dos depósitos mensais do FGTS em sua conta vinculada.

a) todas as proposições estão erradas
b) todas as proposições estão corretas
c) somente uma proposição está errada
d) somente duas proposições estão corretas
e) somente três proposições estão erradas

12. SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. ANALISE AS PROPOSIÇÕES:

I – O tempo de exercício do cargo de diretor estatutário caracteriza a suspensão do contrato de trabalho, não se computando o tempo de serviço desse período, salvo se permanecer a subordinação jurídica, inerente à relação de emprego.

II – A suspensão do empregado pelo prazo de 30 dias importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

III – Considera-se interrupção do contrato de trabalho a ausência do empregado nos dias em que estiver comprovadamente realizando exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior e pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.

IV – Cancelada a aposentadoria por invalidez, mesmo após cinco anos, o trabalhador terá direito de retornar ao emprego, facultado, porém, ao empregador, indenizá-lo na forma da lei.

Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) somente as proposições I, III e IV estão corretas
b) somente as proposições III e IV estão corretas
c) somente as proposições II, III e IV estão corretas
d) somente as proposições I e II estão corretas
e) todas as proposições estão corretas

13. EM SE TRATANDO DE COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA (CCP), É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) É obrigatória a instituição da Comissão em base territorial que possua sindicatos representativos de categorias profissional e econômica

b) O tempo dispensado pelo representante dos empregados na atividade conciliadora será considerado como de trabalho efetivo perante o seu empregador

c) Existindo comissão de empresa e comissão sindical na mesma localidade e para a mesma categoria, a demanda deverá ser submetida à apreciação preferencial por esta última, de abrangência sobre toda a categoria

d) A provocação da Comissão interrompe a fluência de prazo prescricional, o qual recomeça a contar, integralmente, a partir da tentativa frustrada de conciliação

e) O mandato dos seus membros, titulares e suplentes, é de dois anos, permitida uma recondução

14. PROPOSIÇÕES SOBRE O SALÁRIO E REMUNERAÇÃO:

I – Se o empregado trabalha com uma jornada diária de 4 horas, pode ganhar ½ (meio) salário mínimo; se ele trabalha jornada de 2 horas diárias, pode ganhar ¼ (um quarto) do salário mínimo.

II – O salário é devido e pago diretamente pelo empregador, enquanto que a remuneração pode ser paga pelo empregador ou por terceiro estranho à relação empregatícia.

III – A Constituição Federal assegura a irredutibilidade do salário-mínimo, salvo disposição contrária em acordo ou convenção coletiva.

IV – O vocábulo salário vem do latim *salarium*, que por sua vez vem de *salis*, ou seja: sal.

Consideradas as proposições, identifique a alternativa correta:

a) somente as assertivas I está equivocada]
b) somente as assertivas III e IV estão equivocadas
c) somente a assertiva III está equivocada
d) somente a assertiva II está correta
e) somente as assertivas II e III estão corretas

15. PROPOSIÇÕES SOBRE EQUIPARAÇÃO SALARIAL:

I – A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação.

II – O simples desvio funcional do empregado público não gera direito a novo enquadramento, mas apenas às diferenças salariais respectivas, mesmo que o desvio de função haja iniciado antes da vigência da CF/88.

III – É possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser avaliado, por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos.

IV – Entre dois empregados de uma instituição financeira que trabalham em agências distintas, na mesma cidade, na função de gerente geral, não fazem jus à equiparação salarial, porque exercem cargo de confiança.

Consideradas as proposições, identifique a alternativa correta:

a) apenas as proposições II, III e IV estão corretas
b) apenas a proposição III está errada
c) apenas as proposições II e III estão corretas
d) apenas as proposições III e IV estão erradas
e) apenas a proposição IV está errada

16. LEIA AS PROPOSIÇÕES DADAS:

I – A empregada, mulher atraente, pede a rescisão indireta do contrato de trabalho acusando o empregador de assédio sexual. O empregador nega o fato, embora admitisse serem incontidos seus olhares voluptuosos. A atitude do empregador dá ensejo à justa causa pleiteada pela empregada.

II – O perdão tácito não é aplicável nas faltas graves cometidas pelo empregador.

III – Ao empregador é vedado aplicar multa pecuniária, salvo em se tratando de faltas cometidas pelo atleta profissional de futebol.

IV – A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

Consideradas as proposições, identifique a alternativa correta:

a) somente a proposição I está errada
b) somente as proposições II e III estão erradas
c) somente as proposições III está correta
d) somente a proposição II está errada
e) todas as proposições estão corretas

17. PROPOSIÇÕES SOBRE O SALÁRIO *IN NATURA*:

I – O fornecimento de transporte pelo empregador – ida e volta ao trabalho – integra o salário do empregado na forma do art. 458 da CLT.

II – Mensalidade escolar correspondente à educação do empregado em estabelecimento de educação particular, custeada pelo empregador, é salário *in natura*, nos termos do art. 458 da CLT.

III – Segundo a jurisprudência sumulada do TST, o Juiz pode arbitrar o valor da prestação *in natura* quando esse valor não for previamente determinado, mas não poderá fixar percentual superior aos percentuais que determinam a formação do salário-mínimo.

IV – O fornecimento de bebida alcoólica não pode ser considerado salário *in natura*, mas o fornecimento de pacotes de cigarro, ao empregado fumante, pode, sim, porque supre uma necessidade do empregado.

Consideradas as proposições, identifique a alternativa correta:

a) todas estão corretas
b) todas estão erradas
c) somente uma está errada
d) somente duas estão erradas
e) somente uma está correta

18. ANALISE AS PROPOSIÇÕES SOBRE O TRABALHO DO MENOR:

I – É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre do menor de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos dezesseis anos.

II – A ausência injustificada à escola, que implique perda do ano letivo, é motivo para a extinção do contrato de aprendizagem, na forma antecipada.

III – Ao menor aprendiz, no primeiro ano de contrato, é garantido o pagamento de, pelo menos, meio salário mínimo; no segundo ano, no mínimo, um salário mínimo mensal.

IV – O Juiz do Trabalho pode autorizar o trabalho do menor em cinemas, desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à sua formação moral.

Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) somente a proposição II está correta
b) somente as proposições I e IV estão corretas
c) somente as proposições III e IV estão erradas
d) somente a proposição I e III estão erradas
e) todas estão erradas

19. LEIA AS PROPOSIÇÕES:

I – Para os empregados que trabalham em minas no subsolo, a cada período de duas horas consecutivas de trabalho, será obrigatória uma pausa de quinze minutos para repouso, a qual será computada na duração normal de trabalho efetivo.

II – Para os empregados que trabalham no interior de câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para frio e vice-versa, depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo será assegurado um período de 20 minutos de repouso.

III – A contratação de trabalhadores portuários de estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício a prazo indeterminado será feita, exclusivamente, dentre os trabalhadores portuários avulsos registrados.

IV - As horas extras no trabalho marítimo são indivisíveis, computando-se a fração de hora como hora inteira.

Agora assinale abaixo a alternativa correta:

a) apenas as proposições I e IV estão corretas
b) apenas as proposições II e III estão corretas
c) apenas a proposição I está errada
d) apenas a proposição III está errada
e) apenas a proposição IV está errada

20. CÂNDIDO PORTINARI foi contratado pela empresa "Pinta & Borda Ltda" para prestar serviços de pinturas (sinalização em ruas e avenidas), trabalhando sempre para a Cia de Desenvolvimento de Cacoal. Dispensado do emprego propôs Ação Trabalhista contra as duas empresas, visto que não recebeu o último salário, horas extras e as verbas rescisórias. Na audiência designada, constatou-se a ausência da primeira reclamada (empregadora), com a presença da segunda, que, em sua defesa, argüiu a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*, alegando ter celebrado contrato de prestação de serviços com a primeira reclamada, mediante prévio processo licitatório, nos termos da Lei 8.666/93.

Com base no enunciado, marque a alternativa correta, segundo o entendimento sumulado do C. TST:

a) A segunda reclamada está com a razão e deve, portanto, ser excluída de pólo passivo da lide, tendo em vista que o art. 71 da Lei nº 8.666/93, veda, expressamente, a transferência de responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais à Administração Pública.

b) A primeira reclamada, como verdadeira empregadora, deve responder, isoladamente, pelos créditos oriundos do contrato de trabalho, no caso de prever o contrato a isenção de responsabilidade da entidade pública contratante.

c) A segunda reclamada deve responder solidariamente pelos créditos trabalhistas, uma vez que a primeira reclamada não compareceu à audiência.

d) A segunda reclamada deve ser mantida no pólo passivo da lide, devendo responder subsidiariamente pelos créditos trabalhistas eventualmente reconhecidos.

e) A terceirização foi lícita, já que procedida mediante processo de licitação e, portanto, a segunda reclamada é parte ilegítima para responder aos termos da ação, conforme o disposto no art. 37, II, da Constituição Federal.

21. A empresa Target S/A, contando atualmente com 375 empregados, vem, sistematicamente, impedindo que os trabalhadores se reúnam em assembléia, cujo objetivo é eleger um dos empregados para representa-los junto à direção da empregadora. Além de impedir a realização da eleição, a direção da empresa divulgou nota afirmando que não reconhecerá, em nenhum empregado, legitimidade para representar os demais trabalhadores, além de considerar como ato de insubordinação qualquer tentativa nesse sentido. À vista do exposto, assinale a alternativa correta:

a) Não é legítima a atitude da direção da empresa porque o ordenamento nacional assegura a eleição de empregado-representante, para aquele fim, quando mantiver, a empresa, em seus quadros, mais de 200 empregados

b) É legítima a atitude da empregadora porque a eleição de empregado representante, para o fim desejado, só se admite nas empresas com mais de 500 empregados

c) É legítima a recusa da empresa porque somente ao sindicato cabe a defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria

d) Não é legítima a recusa da empregadora porque o representante eleito não se confunde com a representação sindical, podendo o escolhido, até mesmo, celebrar com a empresa acordo coletivo em nome dos demais trabalhadores

e) É legítima a atitude da empregadora porque a representação, de que trata o enunciado, é a chamada representação sindical, sendo atribuição do sindicato a indicação do representante nas empresas.

22. LEIA AS PROPOSIÇÕES A RESPEITO DO DIREITO SINDICAL:

I – Os sindicatos têm o dever de manter serviços de assistência judiciária aos integrantes da respectiva categoria profissional.

II – O direito de voto perante o sindicato, na condição de integrante da categoria profissional, coincide com a idade permitida para o trabalho, ou seja, 16 anos.

III – O registro do sindicato deve ser feito perante o Ministério do Trabalho como forma de garantir a unicidade sindical.

IV – Os sindicatos de trabalhadores têm o dever de fundar cooperativas de consumo e de crédito.

Assinale a alternativa correta, consideradas as proposições apresentadas:

a) apenas as proposições I, II e III estão corretas
b) apenas as proposições I e II estão corretas
c) apenas as proposições II, III e IV estão corretas
d) apenas as proposições III e IV estão corretas
e) apenas as proposições I, III e IV estão corretas

23. O DIREITO DE GREVE ESTÁ INSCRITO NO ARTIGO 9º E SEUS §§ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E REGULADO PELA LEI Nº 7.783/89. COM BASE NESTES DISPOSITIVOS PODEMOS AFIRMAR QUE:

I – Em se tratando de atividades essenciais, pode a empresa adotar meios coercitivos ao comparecimento de empregado indispensável para assegurar os serviços cuja paralisação resultem prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento.

II – Consiste a greve na suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador, podendo ser exercida somente depois de frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade do uso de arbitragem.

III – Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que seja motivada pela superveniência de fato novo que ocasionou alguma modificação na relação de trabalho.

IV – Conforme Orientação da Seção de Dissídios Coletivos do C. TST "não se legitima o Sindicato profissional a requerer judicialmente a qualificação legal de movimento paredista que ele próprio fomentou".

Em conclusão está absolutamente correta apenas a opção:

a) estão erradas as proposições I, III e IV
b) estão corretas as proposições I, II e III
c) estão corretas as proposições II, III e IV
d) estão corretas as proposições I e IV
e) estão erradas as proposições I e III

24. SOBRE ACORDO E CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, ANALISE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO E MARQUE A CORRETA COMBINAÇÃO:

I – As convenções e os acordos coletivos de trabalho entrarão em vigor 03 (três) dias após a data da entrega deles no órgão competente do Ministério do trabalho.

II – É obrigatório conter disposições regulando o procedimento de conciliação das divergências surgidas entre os convenentes por motivo de aplicação da convenção.

III – Para validade de Acordo Coletivo de Trabalho com trabalhadores de profissões inorganizadas é indispensável a assistência da federação de trabalhadores correspondente.

IV – O prazo de vigência de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho não é requisito obrigatório. Caso ausente, presume-se que o prazo de validade será de um ano.

a) apenas as proposições I, II e III estão corretas
b) apenas as proposições I, III e IV estão corretas
c) apenas as proposições II e III estão corretas
d) apenas as proposições III e IV estão corretas
e) apenas as proposições I e III estão corretas

25. QUAL DOS PRINCÍPIOS ABAIXO, REGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NÃO ESTÁ EXPRESSO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL?

a) Proporcionalidade
b) Legalidade
c) Eficiência
d) Moralidade
e) Publicidade

26. ANALISE AS AFIRMAÇÕES SEGUINTES E VERIFIQUE SE SÃO VERDADEIRAS:

I – O erro judiciário é indenizável qualquer que seja a natureza da causa em que tenha sido constatado.

II – O juiz poderá ser pessoalmente responsabilizado pelos prejuízos que causar ao litigante em decorrência da demora na entrega da prestação jurisdicional. Neste caso, porém, sua responsabilidade somente estará caracterizada se o juiz permanecer inerte transcorridos dez dias após o requerimento da providência aguardada, a ser formulado pela parte prejudicada por meio do escrivão.

III – Aos atos administrativos praticados no âmbito dos tribunais aplica-se a mesma disciplina reservada à responsabilidade por atos jurisdicionais.

a) somente a I e III estão corretas
b) somente a III está correta
c) todas as afirmações são verdadeiras
d) nenhuma das afirmações é verdadeira
e) somente a II está correta

27. SOBRE O PODER DE POLÍCIA É INCORRETO AFIRMAR QUE:

a) os juízes não podem exercê-lo, pois tal poder é inerente à função administrativa
b) compreende a realização de atos concretos, a elaboração de normas regulamentares, a fiscalização e a expedição de diversas espécies de autorização (alvará de funcionamento, por exemplo)
c) segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tal poder é indelegável a particulares
d) a Administração não depende da intervenção judicial para torná-lo efetivo
e) a Polícia Judiciária não é diretamente vinculada ao Poder Judiciário

28. SEGUNDO A LEGISLAÇÃO FEDERAL EM VIGOR, CONSTITUI PRIVILÉGIO PROCESSUAL DA FAZENDA PÚBLICA:

a) o prazo de dez dias para oferecer embargos à execução

b) a obrigatoriedade do reexame judicial de todas as sentenças condenatórias contra a Fazenda Pública

c) a incidência de juros moratórios de 6% ao ano nas condenações judiciais contra a Fazenda Pública em favor de empregados ou servidores públicos

d) a exclusividade dos precatórios como meio de execução das sentenças condenatórias contra a Fazenda Pública

e) a obrigatoriedade do adiamento da audiência em caso de ausência do advogado público nas audiências trabalhistas

29. COM RELAÇÃO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) podem tomá-lo, dentre outros órgãos e entes, as associações constituídas há mais de um ano e que tenham como objeto a proteção ambiental, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico

b) quando celebrados por iniciativa do Ministério Público, têm natureza de título executivo judicial, desde que estipuladas cominações pelo eventual desrespeito às obrigações fixadas no respectivo instrumento

c) as associações podem tomá-lo, mesmo não tendo completado seu primeiro aniversário, desde que autorizadas, ante a demonstração de interesse social relevante, pelo juiz

d) em se tratando de matéria trabalhista, somente órgãos públicos federais poderão tomá-lo em virtude da reserva constitucional em favor da União em matéria trabalhista

e) poderá compreender obrigações pecuniárias, prestações ou abstenções

30. SOBRE O DIREITO DE PETIÇÃO DO SERVIDOR, É INCORRETO AFIRMAR QUE:

a) os requerimentos e pedidos de reconsideração devem ser despachados em 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias

b) prescreve em 5 (cinco) anos o direito de ação referente a créditos resultantes da prestação de serviços

c) é de 30 (trinta) dias, contados da ciência ou da publicação da decisão atacada, o prazo para interposição dos pedidos de reconsideração e dos recursos administrativos

d) os pedidos de reconsideração cabíveis não interrompem a prescrição

e) a prescrição não pode ser relevada pela Administração

31. SOBRE OS BENS PÚBLICOS, ANALISE AS AFIRMAÇÕES ABAIXO E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA, CONSIDERANDO V OU F PARA AS VERDADEIRAS E FALSAS, RESPECTIVAMENTE:

[ ] Os bens dominicais são bens sem afetação

[ ] A imprescritibilidade dos bens públicos, segundo a doutrina nacional, refere-se à eterna possibilidade de ajuizamento de ações por particulares com o objetivo de reivindicarem bens em poder do Estado que lhes pertençam

[ ] Os bens públicos não podem ser penhorados em nenhuma hipótese

[ ] Os bens públicos de uso comum e os de uso especial podem ser alienados, sem mudança de sua qualificação, desde que haja autorização legislativa expressa e específica

a) V-F-F-V
b) F-V-V-F
c) V-F-V-F
d) V-V-V-V
e) V-F-F-F

32. QUAIS, DENTRE AS ENTIDADES ABAIXO, NÃO OSTENTAM A NATUREZA DE AUTARQUIA ?

a) as fundações públicas
b) as agências reguladoras
c) as empresas públicas
d) as agências executivas
e) as autarquias sob regime especial

33. O RETORNO DO SERVIDOR ESTÁVEL AO CARGO ANTERIORMENTE OCUPADO EM DECORRÊNCIA DE INABILITAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO ALUSIVO A CARGO DIVERSO CONFIGURA, NOS TERMOS DO REGIME INSTITUÍDO PELA LEI Nº 8.112/90:

a) a reversão
b) a readaptação
c) a recondução
d) a reintegração
e) a readmissão

34. OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS TÊM DIREITO, SEGUNDO A LEGISLAÇÃO EM VIGOR:

a) Ao adicional de atividade penosa, pelo contato permanente com substâncias tóxicas
b) Ao adicional de tempo de serviço à base de 5% por qüinqüênio, até 35%
c) Ao adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal
d) A férias anuais parceladas em até 2 períodos não inferiores a 10 dias
e) A licença remunerada motivada pelo afastamento do cônjuge ou para o desempenho de mandato classista

35. RECONHECIDA A PRESCRIÇÃO SOBRE TODAS AS PARCELAS POSTULADAS PELO RECLAMANTE, O QUE OCORRERÁ COM A RECONVENÇÃO PROPOSTA PELO RECLAMADO?

a) fica necessariamente prejudicada
b) será julgada normalmente
c) será extinta sem que seu mérito seja julgado
d) será extinta com julgamento do mérito
e) a prescrição alastra seus efeitos aos pedidos reconvencionais

36. EM QUE HIPÓTESE PRESCINDE-SE DA RECONVENÇÃO PARA QUE O TRABALHADOR TENHA ASSEGURADO O PAGAMENTO DE SALÁRIOS DO PERÍODO EM QUE FOI INVOLUNTÁRIA E ILICITAMENTE AFASTADO?

a) reclamação contra empregada gestante
b) inquérito judicial para apuração de falta grave
c) reclamação contra membro da CIPA
d) reclamação contra trabalhador recém acidentado no trabalho
e) reclamação de membro eleito da Comissão de Conciliação Prévia

37. QUE MEIO DE PROVA TEM DE SER ESPECIFICADO NA PETIÇÃO INICIAL OU NA DEFESA OU EM REQUERIMENTO EXPRESSO?

a) a oitiva de testemunhas que comparecerão espontaneamente
b) a exibição de documentos
c) a carta precatória
d) o interrogatório da parte contrária
e) a prova pericial nos casos de insalubridade ou periculosidade

38. NO QUE CONSISTE O PRINCÍPIO DA TRANSCENDÊNCIA NO CAMPO DAS NULIDADES PROCESSUAIS?

a) a nulidade deve ser suscitada no primeiro momento em que à parte interessada for dada oportunidade para manifestação
b) a nulidade só invalida os atos processuais decorrentes do ato nulo
c) a nulidade não será declarada se não resultar em prejuízo à parte interessada
d) não se declarará a nulidade se o ato, embora editado de forma diversa daquela estabelecida em lei, alcançar a mesma finalidade
e) a nulidade gerada pela atuação de juiz absolutamente incompetente invalida somente os atos decisórios

39. EM RELAÇÃO AO REVEL:

a) não incide a sanção do art. 467 da CLT, reservada à hipótese de comparecimento sem o pagamento de verbas rescisórias incontroversas
b) correm os prazos independentemente de intimação
c) preclui para ele a oportunidade de defesa, mesmo se indireta
d) permite-se-lhe, sem qualquer restrição ou exceção, a produção de provas
e) pode não operar-se o efeito processual da confissão ficta quando haja nos autos provas produzidas pelo reclamante contrárias às pretensões da inicial

40. PODEM SER INCLUÍDOS NA CONTA DE LIQUIDAÇÃO, MESMO QUE OMISSA A SENTENÇA:

a) os juros de mora e a correção monetária
b) os honorários assistenciais
c) o acréscimo de 50% de que trata o art. 467 da CLT
d) a multa de 40% sobre o FGTS
e) a multa administrativa pela falta de assinatura da CTPS

41. À MODALIDADE DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS EM QUE UMA DAS PARTES REQUER A INTEGRAÇÃO DE OUTREM COM O OBJETIVO DE GARANTIA DO DIREITO DE REGRESSO DÁ-SE O NOME DE

a) litisconsórcio
b) denunciação à lide
c) assistência
d) nomeação à autoria
e) chamamento ao processo

42. QUANTO AO VALOR DA CAUSA, ASSINALE V OU F, CASO SEJA VERDADEIRA OU FALSA CADA UMA DAS ASSERÇÕES ABAIXO

[ ] O valor da causa não tem qualquer relevância para o processo. Tanto que o art. 840, § 1º, da CLT, intencionalmente não o põe como requisito da petição inicial
[ ] Sendo de índole interlocutória a decisão que arbitra o valor da causa, ela não comporta qualquer recurso, pelo princípio da irrecorribilidade imediata desta modalidade de decisões
[ ] O valor da causa, quando omissa a petição inicial, será arbitrado de comum acordo pelas partes, em audiência
[ ] As sentenças proferidas nas causas com alçada fixada em até 3 salários mínimos somente comportam recurso em matéria constitucional

a) F-V-V-F
b) F-V-V-V
c) F-F-F-F
d) F-F-V-F
e) V-F-F-V

43. SÃO REQUISITOS ESSENCIAIS DA PETIÇÃO INICIAL TRABALHISTA:

a) o valor da causa e os fundamentos de fato e de direito
b) o requerimento citatório e a indicação dos fundamentos legais
c) a especificação das provas e o requerimento de expedição de ofícios
d) a indicação do nome do juiz e o requerimento citatório
e) a indicação das partes, do juízo e dos pedidos

44. QUAIS SÃO, RESPECTIVAMENTE, OS LIMITES DE ADMISSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO, DESISTÊNCIA E ACRÉSCIMO DE PEDIDOS, SEM A NECESSIDADE DE AQUIESCÊNCIA DO RÉU?

a) a citação do réu, a audiência inaugural e o saneamento do processo
b) a citação do réu, o ajuizamento da ação e o saneamento do processo
c) o decurso do prazo de resposta, a citação do réu e a audiência inaugural
d) a citação do réu, o decurso do prazo de resposta do réu e a citação do réu
e) o saneamento do processo, o decurso do prazo de resposta e o ajuizamento da ação

45. AS EMPRESAS PÚBLICAS, OS ESTADOS ESTRANGEIROS, A UNIÃO FEDERAL E AS EMPRESAS PRIVADAS DEVEM SER NOTIFICADAS POR QUAIS MEIOS?

a) postal para todas, nos termos do art. 841, § 1º, da CLT
b) postal, via diplomática, mandado e postal
c) mandado para as três primeiras entidades e postal para as últimas
d) mandado, mandado, postal e postal
e) mandado, via diplomática, mandado e postal

46. QUAL O PRAZO PARA QUE O RECLAMANTE IMPUGNE A EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL?

a) 5 dias
b) 8 dias
c) 48 horas
d) 24 horas
e) depende do prazo que for assinalado pelo juiz

47. POR QUAL INSTRUMENTO É POSSÍVEL INVALIDAR ACORDO TRABALHISTA, CELEBRADO PERANTE UMA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, PELA JUSTIÇA DO TRABALHO?

a) ação anulatória
b) ação declaratória
c) ação rescisória
d) ação revisional
e) os termos de acordo ali celebrados são insuscetíveis de questionamentos judiciais

48. SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA ATUAL DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO:

a) cabe mandado de segurança para impugnar despacho que haja deferido ou denegado liminar em outro mandado de segurança

b) o pedido cautelar há de ser julgado prejudicado se seu julgamento não ocorrer antes do julgamento da ação rescisória a que esteja vinculado

c) a Justiça do Trabalho é competente para examinar pedido de cobrança de honorários advocatícios contratados, nos próprios autos da ação trabalhista em que tenha atuado o causídico

d) quando demonstrada a razoabilidade do pedido, há de ser negado mandado de segurança contra ordem liminar de reintegração (em favor, por exemplo, de portadores de doença profissional ou do vírus HIV)

e) o termo inicial de contagem do prazo para juntada dos originais, nos atos processuais praticados pela parte com emprego de equipamento de transmissão de fac-símile (fax), iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte à data da transmissão

49. ANALISE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO E ASSINALE A CORRETA COMBINAÇÃO

I – Segundo a CLT, a petição inicial nos dissídios coletivos deverá conter a identificação das partes, a natureza do estabelecimento ou do serviço e as bases fundamentadas da conciliação

II – A audiência conciliatória será realizada dentro de cinco dias após a apresentação da representação, conforme prevê a CLT

III – Os juízes de primeiro grau, segundo a CLT, têm competência funcional, secundária e eventual (pois dependerá de delegação passada pelo Presidente do TRT), para atuação em dissídios coletivos ocorrentes fora do lugar da sede do tribunal competente para apreciá-los; sua participação pode compreender as tentativas conciliatórias, a oitiva das ponderações das partes e a coleta de outros dados necessários, conforme as diretrizes da Presidência do TRT, mas jamais o julgamento da causa

IV – o edital de convocação para a assembléia geral destinada à discussão e aprovação da pauta de reinvidicações há de ser publicado, conforme orientação da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, em jornal que circule pelo menos na capital do Estado, em se tratando de sindicatos com base territorial correspondente à área do Estado

a) somente I e III estão corretas
b) somente IV está correta
c) nenhuma das proposições está correta
d) todas as proposições estão corretas
e) somente II está correta

50. SÃO CARACTERÍSTICAS PECULIARES DO RITO SUMARÍSSIMO, EXCETO:

a) a fixação de prazos, ainda que impróprios, para a conclusão dos processos na fase de conhecimento

b) a redução do número de testemunhas para cada parte

c) a redução das oportunidades recursais

d) a unicidade das audiências

e) a possibilidade de adiamento mediante a simples alegação de recusa de comparecimento